

# União vai tirar do papel obra de prevenção contra cheia

Ordem de serviço foi assinada na quinta e irá beneficiar São Leopoldo

Juliano Piasentin

juliano.piasentin@gruposinos.com.br

**Porto Alegre** - O balanço das ações do governo federal no Rio Grande do Sul, dois anos após as enchentes que atingiram o Estado, foi apresentado na quinta-feira (7) em Porto Alegre. A ministra da Casa Civil, Miriam Belchior, destacou que mais de R\$ 89 bilhões já foram destinados ao Estado.

Os investimentos estão relacionados ao Auxílio Reconstrução, residências adquiridas por meio da Compra Assistida, reconstrução de escolas e unidades de saúde, além de ações para as defesas civis municipais. “É o momento de assinar contratos e dar a ordem de serviço para a execução de diversas obras.”

A ministra também assinou a ordem de serviço para a primeira obra estruturante para a prevenção, visando enfrentar eventos climáticos. A intervenção será realizada em São Leopoldo e contempla a construção de uma nova casa de bombas na região nordeste do município, nas proximidades do bairro Santos Dumont, limite com Novo Hamburgo.

A obra, que já foi licitada, terá o repasse inicial de R\$ 32,8 milhões por meio do Fundo de Apoio à Infraestrutura para Recuperação e Adaptação a Eventos Climáticos Extremos

(Firece). A primeira etapa consiste na canalização da vala de drenagem no dique de Santos Dumont.

O orçamento completo da intervenção é de R\$ 70 milhões. “A casa de bombas será inteiramente nova. Na segunda etapa, teremos mais R\$ 10 milhões à disposição e, na sequência, a construção efetiva da estrutura”, explica o prefeito de São Leopoldo, Heliomar Franco (PL).

As próximas fases envolvem a formação de uma bacia de amortecimento e a criação da Casa de Bombas número 7, que ficará na região do polder V.

## Projeção

O prazo de execução pode chegar aos 14 meses, mas segundo o prefeito a previsão é de conclusão em até 12 meses. “Somos o primeiro município a aplicar definitivamente os recursos do Firece.”

Heliomar reitera que a chegada dos valores é o resultado de um intenso trabalho das equipes da Prefeitura. “Nos dedicamos a cumprir as etapas de elaboração do projeto e da documentação técnica necessária para que essa verba fosse liberada para São Leopoldo.”



Assinatura da ordem de serviço para obra em São Leopoldo

## Mais ações previstas

A ministra e o prefeito também assinaram a ordem de serviço para o início das obras do PAC Steigleder. A etapa, orçada em R\$10,3 milhões, libera a construção da galeria e canal de drenagem na região, além da pavimentação das ruas Sarandi, Caneleiras, 12, 13 e 16. O prazo de execução é de 12 meses.

O valor total do empreendimento chega a R\$ 138 milhões, recursos obtidos via governo federal. O projeto irá beneficiar diretamente cerca de 3,5 mil famílias e inclui também a criação de novas Unidades Básicas de Saúde, praças e escolas, além de unidades habitacionais.

São Leopoldo teve ainda benefício do

Minha Casa, Minha Vida, na modalidade reconstrução. Serão R\$ 126,4 milhões compartilhados com Charqueadas.

Outra modalidade do Minha Casa, Minha Vida vai construir 449 unidades habitacionais no valor total de 60,1 milhões. São 15 os municípios contemplados, entre eles está Ivoti, com mais de 20 unidades.

O governo federal anunciou ainda que o valor investido no Firece, disponível para obras de prevenção, já ultrapassa os R\$ 7 bilhões. “Para isso fizemos a proposta para criar esse fundo, onde podemos discutir as obras necessárias e a melhor maneira de execução”, explicou Miriam.

## Leite pede valor complementar para obra em Eldorado do Sul

O governador Eduardo Leite aproveitou a vinda da ministra Miriam Belchior para tratar do andamento das ações de reconstrução e proteção contra cheias no Rio Grande do Sul. Durante o encontro, o governador formalizou o pedido para que a União autorize a complementação de recursos destinados ao Sistema de Proteção contra Cheias (SPCC) de Eldorado do Sul, cujo valor atualizado alcança R\$ 1.148.995.160,00, conforme revisão técnica

do anteprojeto concluída em abril deste ano.

Inicialmente estimada em cerca de R\$ 531 milhões no âmbito do Firece, a obra teve seu custo ampliado após a incorporação de ajustes técnicos considerados essenciais para garantir a efetividade do sistema diante de eventos climáticos extremos. Entre as mudanças estão a elevação da cota dos diques, a inclusão de novas estruturas e readequações no sistema de drenagem.

O governador ressaltou que a complementação solicitada é plenamente viável, já que os rendimentos financeiros dos R\$ 6,5 bilhões originalmente destinados ao Firece elevaram o total disponível para mais de R\$ 7,6 bilhões — valor suficiente para cobrir a diferença sem impacto no planejamento global.

“Concluimos a revisão do anteprojeto, que trouxe um novo dimensionamento para o sistema. Onde antes se previa um sistema com

base nos parâmetros da enchente de 1941, agora falamos de um projeto atualizado aos paradigmas trazidos pela enchente de 2024, com diques mais elevados, mais casas de bombas e soluções mais robustas. Por isso, estamos pleiteando que o comitê gestor do fundo possa viabilizar esse ajuste de valor, plenamente possível só com os rendimentos do Firece, para que possamos lançar a licitação já em agosto”, afirmou o governador.

Daniel Scola

abcm.com.br/danielscola  
danielscola1401@gmail.com  
@danielscola no Instagram



## Civilidade política

Nada como a diplomacia para resolver arengas políticas. Foi Trump que começou tudo isso ao provocar o Brasil. Mas em nada interessa ao Brasil alimentar a briga. No ano passado, as transações comerciais entre os dois países passaram dos 82 bilhões de dólares. O Pix, que Trump alega que prejudica as empresas de cartão de crédito, facilitou nossa vida e é exemplo mundial. O presidente brasileiro teria muitos argumentos para rebater o americano. Mas em nome da civilidade entre dois países parceiros, eles se cumprimentaram sorridentes e se sentaram à mesma mesa para dialogar. Ao final, fizeram elogios um ao outro. Viva a diplomacia.

## Senador a serviço de banqueiro

As engrenagens que moviam a máquina golpista do Banco Master eram sustentadas por poder e dinheiro. O poder vinha principalmente do Congresso. Na quinta-feira (7), a Polícia Federal foi a endereços do senador Ciro Nogueira, presidente do PP, um dos maiores partidos do Brasil. Ciro é acusado nas investigações de ter recebido uma “mesada” de até R\$ 500 mil para defender os interesses do Master. O senador também é suspeito de aceitar mimos do dono do Master, Daniel Vorcaro, como viagens internacionais e custeio de apartamento de luxo.

O mais ultrajante ainda é que Vorcaro entregou em mãos ao senador uma cópia do projeto conhecido como emenda Master, apresentado pelo senador para aumentar o Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Vorcaro anteviu o rombo que seu apetite de dinheiro iria causar e usou seu senador que recebia mesada para tentar mudar a regra do jogo. A ação de quinta é só o começo, ainda há outros políticos na lista de pagamento do Master.

## Congresso inimigo do povo

O presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre, não gostou do uso da expressão “Congresso inimigo do povo” e determinou a investigação de pessoas que usaram a hashtag para, segundo ele, “difamar” o Congresso. Em nenhum momento o senador se perguntou por qual motivo tem tanta gente inconformada com o Congresso. Faltam muitas coisas aos políticos, inclusive exame de consciência.

## Pão e circo

Os showmícios foram proibidos nas campanhas eleitorais em 2006. Mas os políticos encontraram uma forma populista de entreter seus eleitores. Levantamento indica que várias prefeituras pelo Brasil gastaram cerca de R\$ 5 bilhões em shows musicais. Curioso é que em muitas cidades há carência de serviços básicos, como transporte, saúde e educação. Políticos gastam dinheiro público para desviar a atenção dos problemas reais.

## Farra com dinheiro público

Apesar do freio dado pelo STF, os sanguessugas continuam se valendo dos penduricalhos. Conselheiros de tribunais de contas criaram mais penduricalhos para engrossar seus polpudos salários. Membros da Advocacia Geral da União (AGU) vão poder pedir reembolso de despesas de academia e gastos com saúde para eles e para os familiares. Mas a farra é antiga. No ano passado, o Tribunal de Justiça de São Paulo, o maior do Brasil, gastou R\$ 4,1 bilhões em penduricalhos. Não surpreende o fato de que falta dinheiro para áreas essenciais. O que falta para saúde, segurança e educação está nos bolsos de quem tem poder.